

Apresentação, pelo autor, do livro
O Homem Insuficiente:
Comentários de Antropologia Pascaliana,
de Luiz Felipe Pondé

(São Paulo: Edusp, 2001, 269 p.)

O tema da filosofia da religião tem sido há algum tempo tratado como dimensão menor dentro do campo da prática filosófica acadêmica. Tal fato encontra-se intimamente relacionado à desqualificação progressiva – desde o advento do iluminismo – sofrida pelo campo religioso no Ocidente enquanto instrumento de saber capaz de estabelecer um diálogo consistente com a chamada ciência moderna experimental e seus desdobramentos positivistas em diversas áreas.

É chegada a hora de transformar tal “consenso” em objeto de controvérsia, e, para tal, o conteúdo afetivo e noético da chamada “experiência religiosa” deve se constituir em um modo reflexivo de crítica do mundo, assumindo-se antes de tudo como não necessariamente harmônico com as concepções tomadas como legítimas em nossa época, entre elas o culto “narcisista” da suficiência da natureza humana, rebento tardio

do humanismo renascentista. O *homem insuficiente* é um esforço de iluminar a inconsistência de tais “consensos”, na medida em que o conteúdo da obra aí tratada, a de Pascal (filósofo, teólogo jansenista e cientista experimental), coloca-nos diante de uma concepção de ser humano que nos impõe uma reflexão radical: o homem é um ser essencialmente disfuncional, quando tomado como um ser de natureza.

Partindo de sua experiência (e concepção) religiosa, Pascal descreve a condição humana de modo acurado, fato este aceito mesmo por quem recusa seu movimento reflexivo de cunho religioso. Representante da grande tradição moralista francesa, Pascal reflete não sobre as misérias humanas pontuais, mas faz dessas dados empíricos derivados de sua insuficiência mística essencial: o homem é um “animal da transcendência”, e, quando exilado desta, obrigado a viver “na natureza” (desde a “Queda”), degenera em desordem explícita. Assumindo a defesa radical da posição jansenista contra o humanismo molinista jesuíta, Pascal sustentará aí a insuficiência da vontade humana em realizar os mandamentos de Deus quando não sob a ação da graça eficaz agostiniana. Esse é o núcleo de seu “anti-humanismo” pessimista, mas ao mesmo tempo será a base a partir da qual erguerá sua antropologia da insuficiência como única redenção possível: não só Deus é “*absconditus*”, mas também o homem, na medida em que permanece exilado de si mesmo quando se vê como um ser “explicável” nos limites da razão natural. Para compreendermos essa visão pascaliana, faz-se necessária uma análise da condição humana que rompa com sua idealização “*naïf*”.

A “natureza humana” é vista, portanto, como inexistente: o homem não compõe uma síntese, despedaçado que é em uma disjunção de elementos (corpo, intelecto e vontade) que jamais se harmonizam, a não ser sob ação da conversão espiritual e ontológica estabelecida pela presença da graça divina no seu coração (órgão do sobrenatural). Todavia, como já havia sido objeto de discussão na sua controvérsia contra os jesuítas, essa graça é contingente (adjetivo redundante, uma vez que se trata de “graça”): os méritos humanos não entram na “economia da graça”, constituindo-se aí um campo infinito de angústia como afeto no “processo” existencial da redenção.

A agonia revela-se, assim, como afeto de Deus. A mesma agonia que percorre a epistemologia pascaliana, reflexão de teor pragmático, que discute a nossa inconsistência noética estrutural, derivada de nossa miséria cognitiva essencial. O campo político-social de natureza artificialista ilumina os modos de enfrentamento da contingência agressiva que inviabiliza quaisquer tentativas de legitimação da ordem política e social sob o modo jusnaturalista: Pascal não acredita na autonomia política humana exatamente devido à disjunção entre nossa razão e nosso desejo, desejo esse incapaz de sustentar alguma atitude que não seja concupiscente. O egocentrismo (termo de nossa época) é marca de um homem ontologicamente iludido por sua suficiência, e perdido no fato de ultrapassar infinitamente a si mesmo (outra vez, sua condição de “*absconditus*” à razão e desproporcional - a disjunção não só é quantitativa mas qualitativa). Finalmente, sua “*psychologie du divertissement*” descreve a dinâmica infernal dessa concupiscência na fuga eterna (mau infinito) da angústia (“*l’ennui*”) que se constitui, não em um afeto da alma (ou do “eu”, essa outra ilusão das “cordas de nossa imaginação”), mas na sua verdadeira substância.

Luiz Felipe Pondé
Filósofo, Professor no Programa de
Estudos Pós-Graduados em Ciências
da Religião e no Departamento de
Teologia da PUC-SP